

Arqueologia patrimonializada e desenvolvimento social: perspectivas no Brasil e em Portugal

Alejandra Saladino*

1 Apresentação

Em um mundo onde a aceleração do tempo e o encurtamento do espaço provocam alterações no modo de perceber a realidade e na maneira de se relacionar com o outro, agindo diretamente sobre os processos de construção de memórias coletivas, a “perda” da memória resultou na invenção de lugares de memória e, conseqüentemente, na sedução da memória e na valorização dos patrimônios culturais. Da atualidade ainda é possível depreender que as coisas são sujeitas à lógica do mercado numa redução ao seu valor monetário e que urge criar meios para o desenvolvimento sustentável das comunidades, numa tentativa de fixação do indivíduo à sua terra original. A observação destas variáveis faz pensar que a valorização do patrimônio cultural - por meio de estratégias de sensibilização da sociedade -, e o incremento (racional) do turismo cultural são palavra de ordem para a implantação de políticas públicas.

A proposta ora apresentada, desenvolvida no âmbito de um estágio no exterior - por meio de uma bolsa concedida pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - realizado no Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), vinculado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), pretende discutir duas experiências de patrimonialização e musealização da arqueologia coordenadas por investigadores associados ao CEAUCP. A primeira, Mértola Vila Museu, que comemorou em 2008 seus 30 anos de existência na região do Baixo Alentejo, e a segunda, Fundação Casa Grande, em Nova Olinda, região do Cariri, Ceará. Ambas partiram da investigação e musealização do patrimônio arqueológico e seguiram um processo, capitaneado por organizações não governamentais, de desenvolvimento social das regiões supracitadas, com limitadas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades locais. O objetivo deste trabalho é identificar os atores e segmentos sociais envolvidos em ambos os processos, bem como caracterizar a natureza dessas relações e a recepção e apropriação desse patrimônio por parte das comunidades locais.

2 Patrimonialização e musealização: algumas reflexões

Patrimônio, como categoria de pensamento, é ancestral em distintas culturas. Ligada à noção de propriedade herdada, compreende tudo aquilo que recebemos dos nossos e, por isso, o patrimônio nos constitui, o que explica em parte o interesse por ele. Presente tanto nos dons da *kula* dos tobianeses (MALINOWSKI, 1976) quanto na Roma renascentista (CHOAY, 2001), a diferença está nos usos - redistribuição ou destruição, no primeiro exemplo, e acumulação no segundo (GONÇALVES, 2007a) - e, por conseguinte, nos significados e valores atribuídos no bojo dos distintos sistemas culturais. Porém, de qualquer forma, patrimônio relaciona-se ao processo de transmissão, seja da materialidade

* Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM; Doutoranda em Ciências Sociais (UERJ).

dos objetos, seja da subjetividade das representações e valores ressignificáveis em distintos contextos e temporalidades.

O patrimônio na cultura ocidental nos impõe o enfrentamento de um dilema, pois que gestado na ambigüidade da relação entre *Mnémosine e Lete*, entre o lembrar e o esquecer, o incluir e excluir, entre a pulsão de vida e morte, entre a ação pelo esquecimento e a reação pela lembrança, e fundamentado na *retórica da perda* (GONÇALVES, 2002). Daqui decorrem outras ambigüidades que permeiam as práticas de preservação: reconstruir ou destruir?; preservar, evitando todo e qualquer risco de degradação, ou utilizar?

Patrimônio é coleção. De significados decorrentes de esquemas cognitivos relativos a sistemas culturais específicos. Mas é também coleção de significantes, coisas, materiais e imateriais que, atualmente, devido ao vulto que a indústria cultural e cultura de massa ganharam com a globalização, correm constantemente o risco de fetichização, no sentido de redução de valores, reduzindo-as a produtos consumíveis. Processo este que pode ser compreendido como ideologização e mercantilização do patrimônio cultural.

No entanto, ainda que transformados em mais um produto no mercado, os bens patrimoniais são bens cujo valor simbólico não é completamente esvaziado; tem a potência de transmutar-se em elemento aglutinante, fator de coesão social - porque gerado pela vontade de memória e de legitimar um passado compartilhado - capaz de “reforçar a idéia de pertencimento ao todo coletivo e de reforçar a identidade social dos mais diferentes grupos” (VELOSO, 2007, p. 243) para produto que, consumido, promove a distinção cultural do consumidor (VELOSO, 2007) em relação àqueles que não tiveram acesso a ele.

Ademais, na sociedade da fragmentação - do tempo, do espaço e da própria experiência, “não a um nível superficial, mas atingindo o próprio núcleo das vivências e, portanto, das identidades (coletivas e individuais)” (JORGE, 2005, p. 15) - o patrimônio é ponte entre a fluidez das relações contemporâneas e os passados, que “são sempre naturalizações do presente” (JORGE, 2005, p. 14). Espécie de compensação frente a um cotidiano cada vez mais efêmero e imprevisível, “um desejo de posse cuja continuidade se alimenta da sua própria frustração, na fixação nos objetos como suporte e emblemas de identidades” (GUILLAUME, apud JORGE, 2005, p. 23). É também *patrimônio-pastiche* (JORGE, 2005, p. 21), produto do turismo cultural, panacéia e salvação de inúmeros grupos, fato consumado e questão a enfrentar nos dias atuais com o mínimo de contextualização e rigor.

Como discurso, o patrimônio é poder, pois que produzido em uma arena onde distintos atores disputam e negociam para decidir objetos selecionados, apropriados e excluídos e as práticas aplicadas (VELOSO, 2007), para conquistar autoridade sobre o tema. Produto de relações sociais, renova-se e reinventa-se na dinâmica da história, ainda que não deixe de relacionar-se com a noção de sacralidade, quer pelo seu valor monumental, quer pelo seu valor enquanto manifestação que mantém vivo e coeso um grupo social, “pura” uma tradição.

Coleção querida e bem quista é o patrimônio cultural que encontra ressonância nas comunidades (GONÇALVES, 2007b), isto é, aquele que é extensão de seus proprietários, que atinge um universo mais amplo, para além das fronteiras formais, quem tem o “poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GEENBLAT apud GONÇALVES, 2002, p. 19). No entanto, de qualquer modo, o patrimônio cultural é fundamental “no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas” (GONÇALVES, 2002, p. 27).

E aqui vale problematizar a questão na perspectiva de Marc Guillaume (2003), na tentativa de dessencializar a categoria, ainda que usando de tintas fortes. Para o autor, o patrimônio

tem tendência para se generalizar à realidade toda (do inerte ao vivo, do passado ao presente, do material ao imaterial). É um contraponto à incerteza do futuro, mas um contraopnto não tranquilizador. É uma manobra de diversão, uma compensação para a uniformidade e funcionalismo das sociedades industriais. É um mal menor. É a parte desativada das coisas vivas - produções, instituições, língua - que passa a ser alvo de uma referencia valorizante. O patrimônio tem no [?] por vocação homogeneizar (enquadrar os elementos mais heterogêneos num todo homogêneo, arquivístico-conservatorio). A sua única eficácia é acumular-se indefinidamente (GUILLAUME, 2003, p. 24-25).

E a eficácia dessa acumulação residiria justamente nos distintos usos a ele atribuídos, no tempo e no espaço. Patrimônio já foi argamassa social, construto de nações e identidades e hoje é capital simbólico e econômico do qual os governos começam a interessar-se, antevendo as possibilidades decorrentes de sua mercantilização.

Como anteriormente, hoje o patrimônio cultural é um discurso político muito potente, devido a diversos fatores, como a fragmentação da experiência vivida, da mercantilização da cultura, e a necessidade de criar oportunidades de subsistência e incremento da economia para comunidades e países, para citar alguns. É possível perceber a construção do discurso do patrimônio intangível como estratégia para inserir na arena outros atores, nomeadamente oriundos de culturas e países com pouca representatividade na coleção de patrimônios mundiais legitimada pela UNESCO, vale dizer, fundamentada em um “conjunto de critérios surgidos da história da Europa e dos Estados Unidos” (PYBURN, 2007, p. 27). Grosso modo, os monumentos históricos assim reconhecidos concentram-se na Europa e um dos critérios decisivos para adquirirem o título de patrimônio mundial é a capacidade do Estado de mantê-los em sua autenticidade. Já os bens de natureza intangível, para serem reconhecidos enquanto tesouros vivos, necessariamente devem estar em risco de desaparecimento, o que configura o fim do próprio fazer-viver de determinada cultura. Em ambos os casos, o patrimônio transforma-se em um produto diferenciado a ser consumido por meio do turismo cultural, o que, por sua vez, já levanta outra reflexão sobre as limitações econômico-sócio-culturais impostas a alguns segmentos culturais para o acesso e consumo desses bens.

De qualquer modo, os agentes do patrimônio não podem se furtar da exigência de fazer escolhas a partir de um juízo crítico (REIS E CUNHA, 2006), ainda que Riegl tenha classificado o patrimônio cultural como um conjunto de bens valorados por meio de diferentes formas de percepção e recepção em contextos específicos (REIS E CUNHA, 2006). E essas escolhas, vale frisar, fundamentadas em critérios pretensamente universais, carregados de valores e representações de sistemas culturais hegemônicos, operados por noções naturalizadas e, por isso, com pouca força e grande flexibilidade de uso. Por isso a necessidade de expor as questões em jogo aos segmentos envolvidos e à comunidade em geral, para pôr em contexto os critérios de identificação de patrimônios - que, em verdade, atendem a interesses específicos de alguns grupos em determinado tempo -, uma vez que a “diferença na percepção pública é o resultado do contexto cultural e da identidade cultural” (PYBURN, 2007, p. 34), bem como da importância dos agentes do patrimônio conjugarem reflexão e ação no sentido de dessencializar e desritualizar as práticas de preservação do patrimônio cultural.

É importante também ter em conta que o patrimônio cultural é *um* “campo de lutas onde distintos atores atuam”, pois que são bens com alto valor simbólico, “construindo um discurso que seleciona, apropria - e expropria - práticas e objetos” (VELOSO, 2007, p. 229) e que é “fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas, ao mesmo tempo em que é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material o imaterial” (VELOSO, 2007, p. 230).

Em resumo, é possível compreender o processo de patrimonialização constituído em dois momentos. Inicialmente, fundamentado em noções como “identidade, tradição, história” (CANCLINI, 1999, p. 16) e, atualmente, vinculado a outras redes conceituais, compostas pelas noções de “turismo, desenvolvimento urbano, mercantilização, comunicação de massa” (CANCLINI, 1999, p. 16). Isso, vale dizer, decorrente de novas questões teóricas e políticas, a saber: o “patrimônio cultural e a desigualdade social; os usos do patrimônio; os propósitos da preservação; o patrimônio na era da indústria cultural e os critérios estéticos e filosóficos” (CANCLINI, 1999, p. 17).

Considerando que, como anteriormente mencionado, ambas as experiências objeto deste estudo preliminar são fundamentadas em processos de musealização do patrimônio arqueológico - sítios e coleções - é importante esclarecer que, por musealização, entende-se a elaboração de um sistema estético para criar significados (cf. BRUNO, 2005). Em outras palavras, a musealização diz respeito à preservação e à comunicação.

Antes de apresentar os processos de musealização do patrimônio arqueológico desenvolvidos nos projetos em questão, vale destacar os dois modelos museológicos tradicionais, a saber: os museus arqueológico-artísticos, estruturados em torno de análises estéticas, no âmbito da história da arte, em geral “vocacionados para a preservação das coleções da Antiguidade Clássica, ou das culturas andinas e mesoamericanas” (BRUNO,

2005, p. 234) e os “museus arqueológico-tecnológicos, responsáveis pela musealização dos vestígios pré-históricos e vinculados aos estudos da antropologia e das ciências naturais” (BRUNO, 2005, p. 234), cuja ênfase, em geral, recai no contexto. De novos processos de musealização resultam os “museus ao ar livre, museus comunitários, ecomuseus, museus de cidade, museus de território, museu de sociedade, entre outros, são igualmente integrados por acervos arqueológicos” (BRUNO, 2005, p. 240), identificado em ambos os casos apresentados a seguir.

3 Mértola Vila Museu: vivências de temporalidades

Às margens do Guadiana eleva-se a Vila Velha de Mértola, de casas caiadas e muralhas medievais. Mértola - Mirtilyls, um importante entreposto comercial durante a ocupação romana - atualmente é habitada por cerca de mil e oitocentas almas. Almas de gente simples do sudeste de Portugal, cujas memórias remontam a tempos alvissareiros e cujo presente, mais simples e menos promissor, as faz querer ir, ou melhor, ter de ir para outras terras, para o litoral, para além mar.

Todavia, os ares do 25 de Abril, da redemocratização de Portugal, trouxeram alento, oportunidades e esperança ao povo da região. Abrindo um parêntesis, vale dizer que a Revolução de 25 de Abril abriu caminho para experiências com vistas à recriação do país dentre as quais é pertinente destacar o fortalecimento do fenómeno municipal (TORRES, 1993). Assim, a Vila da gente alentejana, dos cantos, do tear, do mel, dos sonhos, em 1978 viu sua rotina alterar-se com a chegada da equipe interdisciplinar, capitaneada pelo arqueólogo Cláudio Torres, responsável pela escavação de uma galeria subterrânea no castelo medieval e pelo projeto de recuperação integrada da região (TORRES, 1979). Com o beneplácito do poder público local, os arqueólogos, historiadores e antropólogos responsáveis pela pesquisa na Vila, chamaram os moradores a participar do trabalho. Assim deu-se o processo de sensibilização e participação da comunidade no que tange à pesquisa arqueológica e ao levantamento etnográfico da cultura local.

O projeto foi institucionalizado no Campo Arqueológico de Mértola-CAM, cuja atribuição primeira consistiu no desenvolvimento de duas linhas de ação complementares e integradas em um plano conjunto mais amplo de viabilização econômica e social da região (TORRES, 1979), a partir do desenvolvimento das seguintes ações: escavação da galeria subterrânea na área do Castelo; criação de um museu municipal; organização de uma seção de arte sacra; recuperação e abertura ao público de uma oficina de ferreiro na zona medieval da Vila; recuperação integrada e levantamento dos aglomerados populacionais do Concelho; estudo, recuperação e aproveitamento das azenhas do Guadiana e Oeiras; elaboração de uma carta arqueológica do Concelho; criação de uma Associação de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural-ADPM (VALENTE, 1982).

Dessa forma, os moradores de Mértola souberam-se, pelos especialistas, herdeiros e detentores de um rico patrimônio cultural, reflexo do contato de distintas matrizes culturais e que comprovava ser a Vila um importante núcleo urbano durante as ocupações romana e islâmica.

O trabalho do CAM foi sistematizado por etapas. Na primeira, de 1979 a 1986, jovens universitários do país foram atraídos para executar as ações das linhas de pesquisa. Destaca-se o trabalho em parceria com os jovens locais centrados na coleta e tratamento de artefatos, na organização da documentação histórica, e na síntese das informações etnográficas (MATEUS, 1998).

Em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Européia, o CAM teve ampliadas as possibilidades de investimentos para os projetos desenvolvidos por conta dos Fundos Estruturais. Assim deu-se a consagração, em nível nacional e internacional, da equipe e do projeto, na seqüência da organização do IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental (MATEUS, 1998).

A segunda etapa do trabalho desenvolvido pelo CAM, de 1987 a 1991, foi marcada pelo reconhecimento e desdobramento dos projetos executados, em especial ao que se refere ao projeto museológico para Mértola Vila Museu, uma concepção inovadora que parte da compreensão da Vila enquanto espaço musealizado, a partir de uma rede de roteiros e núcleos museológicos. Assim, é possível identificar o tipo de musealização aqui desenvolvida como aquela que objetiva criar um centro de interpretação dentro do próprio

sítio arqueológico (SANTACANA MESTRE; SERRAT ANTOLÍ, 2005).

Sobre Mértola Vila Museu, um museu polinucleado, vale destacar a ação da municipalidade local que, desde o início do processo de democratização do país, desenvolve uma política de aquisição e restauração de imóveis do centro histórico. Isto contribuiu para a execução das ações do CAM e para o maior e sistemático engajamento da comunidade nos mesmos. Assim, os habitantes de Mértola viram suas alternativas de sustentabilidade ampliadas: tornaram-se guias da Vila Museu, arqueólogos, antropólogos, historiadores e restauradores de artefatos arqueológicos, bem como puderam oferecer seus produtos - tapetes e outros têxteis, gêneros alimentícios etc - para os turistas interessados em experimentar os sabores, os saberes e as histórias. Dessa forma observa-se que o turismo cultural e ecológico é suporte estrutural do projeto.

Na terceira etapa, de 1992 a 1995, a ADPM desenvolveu importantes projetos no âmbito do patrimônio ambiental, com o apoio de instituições da Comunidade Européia, que culminaram na criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, elemento estratégico para o desenvolvimento local.

Atualmente, Mértola Vila Museu é constituída pelos seguintes núcleos museológicos: o Centro de Acolhimento e Recepção, o Castelo Islâmico construído em local de antiga ocupação romana, a acrópole romana e o bairro islâmico, a igreja-mesquita, a Forja do Ferreiro, o Museu Islâmico e seu acervo, o Centro de Estudos Islâmicos e do Mediterrâneo (a Casa Amarela, sede de CAM), o Museu de Arte Sacra, a Casa Romana (o primeiro sítio europeu musealizado *in loco*, sob a sede da municipalidade, o percurso da Beira Rio, as oficinas de ourivesaria e tecelagem, a Basílica Paleocristã e a ermida e a necrópole de São Sebastião. A Vila Museu recebe uma média de vinte e cinco mil visitantes ao ano. Com a reestruturação dos projetos de musealização de alguns núcleos museológicos, como o Castelo e a sua Alcáçova estima-se um aumento dessa média anual.

Sobre a questão do turismo cultural, vale ressaltar que o CAM sempre levou em consideração o dilema entre o desenvolvimento e a preservação do patrimônio e das tradições (MATEUS, 1998, p. 112). Sobre a questão, diz o Coordenador do CAM, o arqueólogo Cláudio Torres (2008):

A qualidade do factor turístico está diretamente relacionada com a qualidade do serviço, com a informação disponibilizada e com a qualidade da animação existente.

Esses aspectos, devidamente estruturados e interligados, podem ser um obstáculo ao crescimento desregrado e incontrolado que, mais tarde ou mais cedo, pode levar à agonia e morte por massificação dos destinos turísticos mais procurados.

Nesse sentido, a coordenação de museus do CAM - sob a responsabilidade de Ligia Rafael, arqueóloga especialista em restauração de vidros antigos e gente de Mértola - opera com vistas a

garantir a proteção do sítio e do entorno com a precisão máxima do nível de proteção para assegurar sua conservação e estudo, ter um tratamento museológico suficiente para que se compreenda o sítio e para conseguir maior abrangência social e dotar o conjunto de uma estrutura administrativa de gestão dispor de serviços básicos para atender os visitantes (SANTACANA MESTRE; SERRAT ANTOLÍ, 2005).

Vale ainda destacar que o CAM mobiliza poder público local e comunidade anualmente, quando, no mês de maio, é organizado o Festival Islâmico - em sua quinta edição - e a cidade recebe turistas nacionais e estrangeiros interessados em consumir o patrimônio local, na forma de mercadorias, lançamento de publicações, espetáculos de dança e música, dramatizações de narrativas do folclore popular, cursos e workshops etc e onde é possível observar a ideia introduzida pela mercantilização da cultura, qual seja, a de que o consumo cultural promove a distinção cultural (VELOSO, 2007).

Por fim, o CAM tem suas ações acadêmicas ampliadas graças ao desenvolvimento, sem solução de continuidade, de seu programa editorial, ademais à sua vinculação com o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto-CEAUCP e com a Universidade do Algarve, junto a qual coordena o Mestrado em História Medieval Islâmica.

4 Fundação Casa Grande: arqueologia, cultura e cidadania

Em Nova Olinda, no sertão do Cariri, havia uma gente esquecida pelo Estado e a casa da Fazenda Tapera. Alguns filhos da terra, como Alemberg Quindins, descendente dos proprietários da Tapera, bem sabiam que essa havia sido uma região de grande fluxo, pois que ponto de passagem da estrada das boiadas que ligava o Cariri ao sertão do Inhamuns, no período da civilização do couro, no final do século XVIII (FUNDAÇÃO CASA GRANDE, [2009?]). Em 1983, Alemberg e a arqueóloga Rosiane Lima Verde deram início a uma pesquisa etnográfica sobre as tradições, as lendas e os mitos regionais. Daí em diante foram anos, Rosiane Lima Verde e Alemberg musicando a pesquisa e nutrindo a esperança de restaurar a Tapera para abrigar um projeto amplo de desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio cultural da comunidade local.

Nove anos passados, finalmente foi restaurada a Casa Grande e a criação da Fundação Casa Grande-Memorial do Homem do Kariri, cuja missão é atuar na formação educacional de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural por meio de seus programas e o primeiro programa, “Memória”, que compreende acervo arqueológico, mas também mitológico, com o material coletado e musicado. Depois vieram outros programas, sempre interligados ao projeto Memória. Atualmente, há cinco programas: “Memória”, “Comunicação”, “Artes”, “Turismo” e “Esporte”.

Vale dizer que o projeto arqueológico de inclusão das crianças é parte da tese de doutorado de Rosiane Lima Verde, desenvolvida no CEAUCP, que versa justamente sobre a pesquisa arqueológica no Cariri e a Fundação Casa Grande, unindo Arqueologia, Educação Patrimonial e inclusão social de crianças e jovens. Todas as etapas da pesquisa são realizadas com a participação das crianças da região. Nesse sentido, logrou-se desenvolver um banco de dados com o material identificado, que revela o “patrimônio cultural e a evolução da ocupação humana na Chapada do Araripe, além da formação de recepcionistas mirins, com aulas de arqueologia, conservação do patrimônio, mitologia e museologia” (FUNDAÇÃO CASA GRANDE, [2009?]).

A Fundação Casa Grande participou do primeiro edital do Ponto de Cultura, do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura/MinC (BRASIL, 2008), assim como do primeiro edital do Pontão de Cultura, do mesmo ministério. Isto favoreceu o incremento de projetos e o desenvolvimento de outros. O Ponto de Cultura da Fundação produz documentários na TV Casa Grande que são exibidos semanalmente para as comunidades e hoje são veiculados também pelo Centro Cultural Banco do Nordeste e da TV Futura, da Fundação Roberto Marinho. São também oferecidos à comunidade uma dvdteca com dez mil títulos e semanalmente é exibida uma obra cinematográfica no teatro da Fundação. O Pontão dissemina a metodologia própria da Fundação para a de formação de crianças e jovens gestores de cultura para outras instituições do nordeste brasileiro.

Vale dizer que a Casa Grande é gerenciada pelas crianças e jovens e beneficiados da comunidade, que formam um Conselho Cultural, responsável pelo direcionamento das atividades, e o Conselho Fiscal, responsável pela gestão financeira. Dois terços da Diretoria Executiva também são formados por jovens da comunidade. Os pais formam a Cooperativa dos Pais e Amigos da Casa Grande, que gerencia o programa de turismo.

Os parceiros da Fundação são o MinC, o IPHAN, o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Nova Olinda e a Universidade Regional do Cariri, assim como a Fundação Nestlé, o Serviço Social do Comércio, o Banco do Nordeste do Brasil e a TV Futura.

Os projetos futuros da Fundação Casa Grande tratam da profissionalização dos jovens, da ampliação do programa de turismo, da modernização do Memorial com a ampliação da pesquisa arqueológica, da ampliação do projeto do Pontão de Cultura para fora da região Nordeste, da impactação de políticas públicas de educação no município e da consolidação do programa de esporte, recentemente criado.

5. Considerações finais

As análises preliminares sobre os objetos aqui apresentados indicam que, embora ambas as experiências sejam capitaneadas por especialistas e tenham o apoio do poder público, em suas diversas instâncias, e iniciativa privada, os projetos desenvolvidos buscam ampliar o fórum de discussão colocando em pauta os conceitos e objetivos referentes a todos os segmentos envolvidos, a saber: o Estado, o setor privado e os movimentos sociais. Em outras palavras, em ambos os projetos é possível reconhecer o paradigma participacionista assinalado por Nestor Garcia Canclini (1999).

Ademais, a identificação, apropriação o reconhecimento e valorização de manifestações culturais referentes a distintas matrizes e temporalidades contribuem para assumir uma nova identidade cultural nacional, não mais uma mera reprodução das hierarquias sociais, mas uma representação mais ampla, mais próxima da realidade, do mosaico de culturas que compuseram as culturas portuguesa e brasileira.

Igualmente em Mértola Vila Museu e na Fundação Casa Grande é possível perceber que, no seio do fenômeno da globalização, ocorrem uma “pasteurização”, uma homogeneização cultural, decorrente da indústria cultural e a cultura de massa, e uma valorização, via consumo, dos traços culturais de grupos minoritários.

Ainda que a experiência do CAM e de Mértola Vila Museu tenha trinta anos e a Fundação Casa Grande dezessete, é possível perceber que os processos de recepção e apropriação do patrimônio cultural por parte das comunidades locais diferem no que tange a participação ativa das novas gerações na segunda experiência, o que, em tese, favorece a continuidade dos processos, ainda que, por ventura, os poderes público e privado saiam de cena.

Por fim, a observação de ambas as experiências aponta

como os processos de musealização da arqueologia contribuem para a abertura dos caminhos do pertencimento como percursos fundamentais para o entendimento do exercício da cidadania; em outro sentido, encontra-se o desafio da acessibilidade aos lugares da memória como condição essencial à democratização dos bens culturais (BRUNO, 2005, p. 236). ■

Referências

- *BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Cultura Viva. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=9>. Acesso em: 18 fev. 2010.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 234-247, 2005.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Encarnación Aguilar (Coord.). *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas*. [Granada]: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1999. p.16-33.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.
- FUNDAÇÃO Casa Grande. Nova Olinda, [2009?]. Disponível em: <www.fundacaocasagrande.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007a. p.239-248.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN: Garamond, 2007b. p. 139-158. (Coleção

museu, memória e cidadania, v. 2).

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2002.

GUILLAUME, Marc. *A política do patrimônio*. Porto: Campo das Letras, 2003.

JORGE, Vítor Oliveira. Património, neurose contemporânea?: alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação. In: JORGE, Vítor Oliveira (Coord.) *Conservar para quê?* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2005. p. 13-26. 8ª Mesa-redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. Rio de Janeiro: Abril, 1976.

MATEUS, Rui. Mértola: reflexões sobre um projeto de desenvolvimento local. *O Arqueólogo Português*, nº 1, p. 109-127, 1998.

*PYBURN, Anne. Uma questão nada simples. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 33, p. 25-35, 2007.

REIS E CUNHA, Claudia. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. Resenhas Online, São Paulo, ano 5, v. 54, p. 141, 2006. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SANTACANA MESTRE, Joan; SERRAT ANTOLÍ, Núria (Coord.). *Museografia didáctica*. Barcelona: Ariel, 2005.

TORRES, Cláudio. Mértola: o castelo, arqueologia e... sonhos. Separata de: *História e Sociedade*, n. 4/5, p. 1-10, jun. 1979.

TORRES, Cláudio. Dignidad regional y desarrollo. In: JORNADAS Andaluzas sobre la función de la cultura en el desarrollo local. Córdoba, 1993. p. 15-18.

TORRES, Claudio. Mértola Vila Museu: um projeto cultural de desenvolvimento integrado. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. 2008. Disponível em http://www.camertola.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=16. Acesso em: 18 fev. 2010.

VALENTE, Jorge Pulido. Campo Arqueológico de Mértola, uma experiência em arqueologia medieval: problemas e métodos. *Arquivo de Beja: (série II)*, n. 2, p. 47-66, 1982.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: IPHAN: Garamond, 2007. p. 229-245. (Coleção museu, memória e cidadania).

Recebido em 18.09.2009

Aceito em 07.12.2009